

# NÃO SE DEIXE ENGANAR!

Por trás da crise econômica e política, querem tirar nossos direitos trabalhistas e sociais

Você vai permitir que isso aconteça?

Por trás das crises econômica e política que podem consumir um golpe contra a democracia brasileira, setores conservadores da sociedade – entre os quais a classe patronal – tramam retrocessos trabalhistas e sociais que podem gerar mais precarização e desemprego.

Para quem ainda não sabe, a maioria dos deputados e senadores foi eleita em 2014 com o dinheiro polpudo das empresas. Agora, em contrapartida, estão pagando os favores recebidos durante suas campanhas eleitorais. Aproveitam-se da crise política criada e alimentada por eles próprios para fazer tramitar 55 projetos de lei que, caso aprovados, vão acabar ou flexibilizar com vários direitos trabalhistas e sociais.

Você vai permitir que isso aconteça? Não? Então seja parceiro da gente nesta luta! Ajude o sindicato a lutar contra os retrocessos, ajude o sindicato a ajudar você.

Viva a Classe Trabalhadora

## Leia mais nas outras páginas

Carta esclarece o que está em jogo e pede mobilização maior de todos

Página 2

Conheça os 55 motivos para você estar com a gente na luta

Página 3

Movimento sindical nas ruas para defender democracia e direitos

Página 4



# Os 55 motivos para você estar com a gente na luta

Há muito tempo não se viam tramitando no Congresso Nacional tantos projetos representando retrocesso e ameaça a direitos e à democracia. Concretamente, caso a classe trabalhadora não reaja, há a possibilidade real de retirada, flexibilização ou até mesmo eliminação de direitos duramente conquistados ao longo da história no Brasil. Conheça abaixo as 55 ameaças a direitos tramitando no parlamento:

**PL 4302/1998 – Câmara, PLC 30/2015 – Senado, PLS 87/2010 – Senado**

Regulamentação da terceirização sem limites, permitindo a precarização do trabalho

**PEC 18/2011 – Câmara**

Redução da idade para início da atividade laboral de 16 para 14 anos

**PL 427/2015 – Câmara**

Instituição do Acordo Extrajudicial de Trabalho, permitindo a negociação direta entre empregado e empregador

**PL 948/2011 – Câmara e PL 7549/2014 – Câmara**

Impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho

**PL 1875/2015 – Câmara**

Suspensão de contrato de trabalho

**PL 4193/2012 – Câmara**

Prevalência do negociado sobre o legislado

**PL 7341/2014 – Câmara**

Prevalência das Convenções Coletivas do Trabalho sobre as Instruções Normativas do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE

**PL 8294/2014 – Câmara**

Livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador, sem a participação do sindicato

**PL 3785/2012 – Câmara**

Regulamentação do trabalho intermitente por dia ou hora

**PL 1463/2011 – Câmara**

Estabelecimento do Código de Trabalho

**PL 5019/2009 – Câmara**

Redução da jornada com redução de salários

**PL 6411/2013 – Câmara**

Vedação da ultratividade das convenções/acordos coletivos

**PL 6906/2013 – Câmara**

Criação de consórcio de empregadores urbanos para contratação de trabalhadores

**PL 3842/2012 – Câmara, PL 5016/2005 – Câmara e PLS 432/2013 – Senado**

Regulamentação da EC 81/2014, do trabalho escravo, com supressão da jornada exaustiva e trabalho degradante das penalidades previstas no Código Penal

**PL 450/2015 – Câmara**

Estabelecimento do Simples Trabalhista, criando outra categoria de trabalhador, com menos direitos

**PLP 51/2007 – Câmara e PLS 550/2015 – Senado**

Extinção da multa de 10% por demissão sem justa causa

**PDC 1408/2013 – Câmara e PDS 43/2015 – Senado**

Susta a Norma Regulamentada n° 12 (NR-12), sobre segurança no trabalho em máquinas e equipamentos

**PL 5140/2005 – Câmara**

Execução trabalhista e aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica

**PL 2409/2011 – Câmara**

Deslocamento do empregado até o local de trabalho e o seu retorno não integra a jornada de trabalho

**PDC 1358/2013 – Câmara**

Susta Norma Regulamentada n° 15, do Ministério do Trabalho Emprego, que regula as atividades de trabalhadores sob céu aberto

**PDC 1615/2014 – Câmara**

Susta as Instruções Normativas 114/2014 e 18/2014, do Ministério do Trabalho, que disciplinam a fiscalização do trabalho temporário

**PL 2820/2015 – Câmara e PL 726/2015 – Câmara**

Estabelecimento da jornada flexível de trabalho

**PL 3342/2015 – Câmara**

Estabelecimento do trabalho de curta duração

**PEC 127/2015 – Senado**

Transferência da competência para julgar acidente de trabalho nas autarquias e empresas públicas para a Justiça Federal

**PL 3871/2015 – Câmara**

Aplicação do Processo do Trabalho, de forma subsidiária, às regras do Código de Processo Civil

**PL 3146/2015 – Câmara**

Reforma da execução trabalhista

**PL 5288/2009 – Câmara**

Substitutivo que estabelece a inexigibilidade do cumprimento simultâneo dos requisitos de “utilização da terra” e de “eficiência na exploração” para comprovação da produtividade da propriedade rural

**PLS 208/2012 – Senado**

Alteração da Lei 5.889/1973, que estabelece normas reguladoras do trabalho rural, e da Lei

10.101/2000, para “adequar” e “modernizar” a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas

**PLS 251/2010 – Senado**

Alteração da Lei 1.079/1950, para definir como crime de responsabilidade de governador a recusa ao cumprimento de decisão judicial de reintegração de posse

**PLS 107/2011 – Senado**

Alteração da Lei 8.629/1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade

**PL 4059/2012 – Câmara e PL 2269/2007 – Câmara**

Regulamentação da compra de terra por estrangeiros

**PLC 34/2015 – Senado**

Alteração da Lei de Biossegurança para liberar os produtores de alimentos de informar ao consumidor sobre a presença de componentes transgênicos

**PLP 248/1998 – Câmara**

Dispensa do servidor público por insuficiência de desempenho

**PLP 1/2007 – Câmara**

Instituição de limite de despesa com pessoal

**PLP 92/2007 – Câmara**

Criação do Estatuto das Fundações Estatais

**PLS 710/2011 – Senado; PLS 327/2014 – Senado; e PL 4497/2001 – Câmara**

Regulamentação e retirada do direito de greve dos servidores

**PEC 139/2015 – Câmara**

Extinção do abono de perma-

nência para o servidor público

**PL 6726/2013 – Câmara**

Fim da exclusividade da Petrobras na exploração do pré-sal

**PL 6726/2013**

Estabelecimento de que a exploração da camada do pré-sal seja feita sob o regime de concessão

**PEC 43/2015 – Senado**

Estabelecimento de independência do Banco Central

**PLS 555/2015 – Senado**

Privatização de todas as empresas públicas

**PLS 388/2015 – Senado**

Proibição de indicação de dirigentes sindicais para conselheiros dos fundos de pensão públicos

**PL 37/2011 – Câmara**

Estabelecimento do Código de Mineração

**PEC 215/2000**

Demarcação de terras indígenas

**PDS 147/2014 – Senado**

Cancelamento da política de Participação Social

**PL 5069/2013 – Câmara**

Alteração do Código Penal sobre a questão do aborto, criminalizando ainda mais as mulheres e profissionais de saúde

**MPV 696/2015 – Senado**

Retirada do texto das políticas públicas do termo “gênero” e instituição do Tratado de San José como balizador das políticas públicas para todas as mulheres

**PL 478/2007 – Câmara**

Instituição do Estatuto do Nascituro – grande ameaça aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Criminalização generalizada das mulheres, inviabilizando, inclusive, o aborto previsto no Código Penal

**PL 6583/2013 – Câmara**

Instituição do Estatuto da Família – retrocesso para grupos LGTBs e mulheres: não reconhecimento como família. Ficam fora do alcance de políticas do Estado

**PEC 115/2015 – Senado**

Redução da maioria penal para 16 anos de idade

**PL 3722/2012 – Câmara**

Instituição do Estatuto do Desarmamento

**PLS 513/2011 – Senado**

Estabelecimento de normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais

**PLS 2517/2015 – Senado**

Aumento do tempo de internação de adolescentes no sistema socioeducativo

**PRC 191/2009 – Câmara**

Atribuição à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania do exame do mérito das Propostas de Emenda à Constituição (PEC), acabando com as comissões especiais

**PEC 99/2001 – Câmara**

Alteração da Constituição para que entidades de cunho religioso possam propor Ações de Constitucionalidade perante o STF

## No Estado, 15 meses de retrocessos

Está equivocado quem pensa que os direitos trabalhistas e sociais são afrontados apenas lá em Brasília. Aqui no RS, desde que assumiu, o Governo Sartori vem impondo uma série de retrocessos com a ajuda de uma maioria de deputados estaduais na Assembleia Legislativa.

Entre outras medidas, o governo promoveu cortes no orçamento, suspendeu o pagamento de fornecedores do Estado, aumentou o próprio salário em 45,97% e limitou despesas às receitas, inclusive de pessoal, truncando reajustes salariais, promoções e nomeações dos aprovados em concurso, entre os quais policiais civis e militares. Também extinguiu secretarias importantes, como a de Política para as Mulheres, demitiu funcionários, suspendeu repasses a hos-

pitais e propôs a extinção de três fundações. Promoveu também calotes na dívida com a União, acarretando bloqueios das contas do Estado, e mandou parcelar os salários dos servidores, resultando em greves que paralisaram os serviços à população. Reduziu o teto das Requisições de Pequeno Valor (RPVs) dos atuais 40 para dez salários mínimos, penalizando a população e pequenas empresas e aumentou impostos, subindo a alíquota do ICMS, em vários produtos, entre os quais a gasolina, álcool, telefonia fixa e móvel, energia elétrica comercial e residencial acima de 50 kw (quase todas as casas). Recentemente, Sartori reajustou o Piso Regional sem a reposição integral das perdas inflacionárias, causando arrocho salarial. Cabe lembrar que, mesmo com a crise, Dilma garantiu aumento acima da inflação para o salário mínimo, inclusive para os aposentados.

Agora Sartori quer alterar a

lei que criou a EGR (Empresa Gaúcha de Rodovias) e quer dar de volta à iniciativa privada, por 30 anos, a concessão de rodovias (pedágios) e retirar da Assembleia Legislativa o poder de fiscalizar. Também quer, a pretexto de adequar o regime previdenciário dos servidores à Constituição Federal, retirar benefícios decorrentes do tempo de prestação de serviços. Por fim, pretende interferir na organização sindical, limitando o número de servidores cedidos para sindicatos e outras entidades representativas de classe.

### EXPEDIENTE

O jornal A Vez e a Voz do Peão é uma publicação do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita - STIMMEC  
Endereço: Rua Caramuru, 330 - Centro - Canoas/RS - Fone DDG: 0800.6024955 - Site: www.sindimetalcanoas.org.br - Email: contato@sindimetalcanoas.org.br - Facebook: /sindicato.metalurgicodecanoas - Colônia de Férias: (51) 3683.1819 - Presidente: Paulo Chitolina - Vice-presidente: Sílvio Roberto Lopes Bica - Secretário de Imprensa: André Severo Soares (Índio) - Assessoria de Imprensa: Geraldo Muzykant (Reg. Prof. n° 8658) e Rita Correa Garrido - OBS.: A reprodução total ou parcial do conteúdo deste jornal é permitida desde que citada a fonte.



## Movimento sindical vai às ruas

# Objetivo maior é defender a democracia, a retomada do desenvolvimento e lutar contra o ajuste fiscal e a retirada de direitos

Cerca de 50 mil pessoas tomaram as ruas do centro de Porto Alegre no fim da tarde desta sexta-feira, 18 de março, para defender a democracia e os direitos sociais e trabalhistas, e repudiar a tentativa de golpe articulada pela oposição ao governo de Dilma Rousseff, com o apoio dos grandes meios de comunicação, instituições empresariais, setores conservadores do Judiciário e uma elite que bate panelas como se estivesse passando fome.

A atividade foi organizada pela Frente Brasil Popular, Frente Povo sem Medo e Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS). Entre os manifestantes estavam metalúrgicos da região, especialmente os da base de Porto Alegre e Cachoeirinha. Outras categorias importantes –

professores, petroleiros, sapateiros, rodoviários, metroviários, servidores públicos, trabalhadores/as da agricultura, da alimentação, comerciários etc – dividiram espaço com donas de casa, estudantes e militantes de inúmeros movimentos sociais.

Após a manifestação nas imediações da Esquina Democrática, os manifestantes fizeram uma passeata até o Largo Zumbi dos Palmares.

### Defesa dos direitos e da democracia

Durante o ato público, o presidente estadual da CUT, Cladir Nespolo, fez a defesa da classe trabalhadora, que vem sofrendo as consequências da crise econômica agravada pela conjuntura política. Além de fazer uma crítica contundente con-

tra a Rede Globo e empresas coligadas, como a RBS, Nespolo conclamou a militância a impedir que a elite brasileira concretize um golpe aproveitando-se do momento de fragilidade da economia nacional. “Nós sabemos qual é a agenda dos golpistas, os mesmos que consideram ganância o bolsa família, o Prouni e outros programas sociais. Por trás da tentativa de golpe há ainda um ataque aos direitos dos trabalhadores. Precisamos nos unir e lutar



contra tudo isso”, alertou o presidente da CUT-RS em referência aos projetos que podem causar retrocesso a direitos trabalhistas e sociais.

## Entidades de classe embarcam no golpismo

Infelizmente, a história pode repetir-se negativamente. Entidades importantes de classe que, no passado, mancharam sua história aderindo a movimentos antidemocráticos como a ditadura militar (1964/1985), aderiram ou estão prestes a aderir à articulação golpista da oposição, que pretende levar à frente o impeachment da presidenta democraticamente reeleita há pouco mais de um ano, com acusações sem materialidade (provas de envolvimento em crime doloso), como utilizar recursos de bancos públicos para manter os programas sociais e criar créditos suplementares considerados legítimos para alcançar a meta fiscal em 2014.

Entre estas entidades estão as federações de indústrias, como a Fiergs, que, embora não se posicionem claramente, pregam a renúncia ou impedimento da presidenta, colocando toda a culpa pela crise política e econômica nas costas de Dilma. Essa posição já era esperada, pois

as pautas patronais transitam melhor em governos hostis aos trabalhadores. A saída de Dilma e a posse do vice seria uma porteira aberta para patrões imporem a terceirização sem limites, a flexibilização das leis trabalhistas, o fim da valorização do salário mínimo, entre outros retrocessos.

Outra entidade de classe que, mais uma vez, mostra-se golpista é a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil. Por meio de seu Conselho Federal, posicionou-se a favor do impeachment, mesmo ciente de que muitos juristas questionam as acusações apresentadas pela oposição e o fato de o processo ter sido levado à frente por Eduardo Cunha, presidente da Câmara Federal, que tem inúmeras acusações e provas de corrupção nas costas.

Felizmente, muitos advogados protestaram contra a OAB e se declararam contrários ao golpe. Entre eles estão os advogados que compõem os dois escritórios jurídicos que fazem assessoria ao nosso

sindicato. O escritório Young Dias Lauxen & Lima Advogados Associados, representado pelos advogados Jeverton Lima e Jorge Young, se posicionou dizendo que o instrumento do impeachment não pode servir de mero pretexto para retirar do poder quem foi legitimamente eleito. A tentativa de depo-

sição de um presidente por esta via sem caracterização probatória inequívoca de crime de responsabilidade, como está ocorrendo no presente caso, é golpe e, como tal, atenta contra a democracia e o estado democrático de direito, merecendo repúdio.

### Partido governista adere ao golpe pra assumir e impor mais retrocessos

De olho no impeachment, o PMDB resolveu aderir ao golpe. Boa parte dos políticos ligados a este partido estão abandonando o governo para ali na frente voltarem compondo o que chamam de “Governo Temer”. Tanto que já elaboraram um conjunto de diretrizes que vão fazer a alegria da classe patronal que financiou suas campanhas. Essas diretrizes serão um desastre para a classe trabalhadora e para os aposentados.

Entre as barbaridades previstas nas diretrizes estão retrocessos como a desvinculação dos gastos constitucionais para a saúde e a educação, o fim dos reajustes de benefícios previdenciários atrelados ao salário mínimo, aumento de impostos, reforma na legislação trabalhista, permitindo a prevalência do negociado sobre o legislado, e uma “avaliação” anual dos programas sociais por um comitê independente, que poderá sugerir a continuidade ou o fim dos benefícios.

## EDITORIAL

## Democracia e inclusão social

Embora os dirigentes sindicais tenham suas preferências políticas, o nosso sindicato - enquanto instituição que representa milhares de trabalhadores e trabalhadoras – não está indo às ruas para defender partidos e determinadas personalidades políticas, mas para defender a democracia e um projeto de desenvolvimento e inclusão social que, ao longo dos últimos anos, melhorou muito as condições de vida da população. Basta ver nos indicadores sociais de nosso país o número de pessoas que saíram da miséria e da pobreza, tiveram oportunidades para morar, trabalhar, estudar, obter crédito, melhorar a renda, viajar...

Como não poderia ser diferente, somos contra a corrupção e entendemos que todos os envolvidos, independente de partidos e posições sociais, devem ser devi-

damente investigados e punidos, caso tenham cometido de fato os crimes denunciados.

Infelizmente, não é o que vem acontecendo, pois os casos de corrupção que envolvem os grandes meios de comunicação, as grandes empresas, os grandes empresários e gente muito rica e famosa, arrastam-se no Judiciário e sequer são abordados nos meios de comunicação. O foco único é Dilma, Lula, o PT e a esquerda em geral. O objetivo é enganar a população em geral, fazê-la crer que a corrupção só existe de 2003 para cá e que a responsabilidade por ela existir

é daqueles que mais a combateram porque criaram mecanismos de controle e reforçaram os órgãos de fiscalização, investigação e combate, como a Polícia Federal, por exemplo.

Na nossa opinião, há um golpismo sendo orquestrado pela grande imprensa, setores do Judiciário, órgãos de segurança, instituições patronais e uma oposição raivosa que não se conforma com a derrota de 2014 e agora quer ganhar no tapetão. Trabalham diuturnamente - inclusive dentro do governo - para desacreditar e criminalizar pessoas e um governo por irregularidades distantes da corrupção.

Acreditamos que a crise política e econômica do país – turbinada pelos desdobramentos das sucessivas fases da Operação Lava Jato - está servindo de biombo, de cortina de fumaça para esconder a real intenção de quem defende os interesses da elite brasileira, que é transferir para o governo a culpa pela crise econômica, enfraquecer os partidos de esquerda e mais facilmente impor sua agenda política que visa a retirada ou a flexibilização de direitos trabalhistas e sociais.

Nossa luta é para que golpe não seja consumado, a democracia volte a imperar, as instituições voltem a funcionar, a crise seja enfrentada com o esforço de todos e os 55 projetos que hoje tramitam no Congresso Nacional não sejam aprovados. E você tem de estar com a gente nesta luta.

